



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal O Liberal, do Pará**

Publicada em 15 de novembro de 2004

Jornalista: Que grande notícia o senhor poderia dar ao povo do Pará neste momento?

Presidente: Antes de mais nada, gostaria de dar os parabéns ao jornal *O Liberal* por estes 58 anos dedicados à informação e desenvolvimento da região Norte do país, uma região pela qual tenho enorme apreço. E quero dizer que temos, sim, boas notícias para o povo paraense. Em primeiro lugar, a expansão da economia brasileira, proporcionada pela política econômica séria e persistente que implantamos, resultou numa forte recuperação dos empregos formais do estado nos primeiros seis meses de 2004. É um crescimento especialmente visível na região metropolitana de Belém, onde já se projeta que o número de vagas de trabalho criadas este ano será superior à soma dos dois últimos anos. No campo, o Plano Safra para a Agricultura Familiar teve um crescimento de 198% nos valores contratados, o que significa maior produtividade na próxima colheita e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais. Na área de saneamento básico, um problema sério no estado, os recursos federais contratados foram da ordem de R\$ 81 milhões em 2003 e R\$ 80 milhões em 2004. Na educação, o programa Brasil Alfabetizado atendeu a 12 mil alunos em 2003 e, na saúde, priorizamos o atendimento bucal da população: as equipes que atuam nesse setor aumentaram 100% em relação ao governo anterior. Quanto às perspectivas para 2005, podemos dizer que são ainda melhores, com a implantação do Plano Amazônia Sustentável, que prevê uma série de obras em toda a região norte, incluindo o Pará.



Jornalista: O senhor já disse que concluirá as obras da rodovia Santarém-Cuiabá. Quando começa o asfaltamento dessa estrada?

Presidente: A recuperação da BR-163, a rodovia Santarém-Cuiabá, é fundamental para o estado do Pará e estamos empenhados em realizá-la. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) já está preparando a licitação e a concorrência deve ser aberta em janeiro próximo. O primeiro trecho concedido para pavimentação vai de Nova Mutum (MT) até Rurópolis e Miritituba (PR), e tem 1340 quilômetros de extensão. Para o trecho que segue de Rurópolis até Santarém o governo federal pretende fechar convênio com o governo do estado. Uma parte será construída e os 97 quilômetros que já existem serão restaurados. O custo total das obras está estimado em 1 bilhão de reais, mas não vamos medir esforços.

Jornalista: As obras das eclusas da usina hidrelétrica de Tucuruí serão concluídas?

Presidente: Sem dúvida nenhuma. As obras foram retomadas em julho deste ano e fui informado pelo DNIT de que, até o momento, 59% dos serviços de escavação já foram concluídos, 25% da armação está montada e 40% do lançamento de concreto já foi efetivado. Dos 69 milhões de reais previstos no custo da obra, já foram empenhados R\$ 59 milhões, o que mostra a seriedade e a decisão do governo. A vigência do contrato vai até dia 31 de dezembro, mas, pelo andamento da obra, a previsão pode ser antecipada para o início do mês. A usina de Tucuruí interessa não apenas ao estado do Pará, é uma obra essencial para o progresso do País.

Jornalista: Estão garantidos recursos para a duplicação da hidrelétrica de Tucuruí?



Sim. Os recursos foram assegurados com o contrato de venda antecipada de energia, assinado entre a Eletronorte e a Albrás, empresa controlada pela Companhia Vale do Rio Doce. Com esse contrato, a Eletronorte assegurou os recursos necessários para a duplicação da capacidade de geração da hidrelétrica, que passará para oito mil megawatts. Estão sendo investidos R\$ 300 milhões por ano. Das 11 turbinas previstas para a duplicação, cinco já foram instaladas e outras 4 deverão estar prontas ainda este ano. Com as duas restantes instaladas até junho do próximo ano, estará concluído o projeto de duplicação de Tucuruí.

Jornalista: O governo federal vai mesmo construir a hidrelétrica de Belo Monte, objeto de contestação de ambientalistas e do Ministério Público Federal?

Presidente: Estou convencido de que a hidrelétrica de Belo Monte é um projeto importante para a geração de grandes blocos de energia e para o desenvolvimento da Região Norte. A sua construção, no entanto, depende de estudos de impacto ambiental e de viabilidade econômica. Este não é um governo que faz as coisas de maneira atropelada para se arrepender depois e causar estragos irreversíveis. Uma vez que se encontre a melhor solução ambiental, poderemos tocar as obras.

Jornalista: Quantas hidrovias estão projetadas para o Pará e quando elas serão implantadas?

Presidente: O Ministério dos Transportes, do meu querido Alfredo Pereira do Nascimento, pode passar os detalhes do andamento de cada um dos projetos de hidrovias no país. Mas posso dizer que estamos trabalhando na construção, adequação e melhoramentos de 26 terminais fluviais na Amazônia. Neste exato



momento, um grupo de trabalho está tratando dos procedimentos para a requisição de licenciamento e contratação de estudos de impacto ambiental – indispensáveis, repito, nesse tipo de obra. Vamos também investir na melhoria da navegação dos Rios Guamá e Capim, tão logo o Ibama e a Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental emitam a licença prévia. O mesmo vale para o rio Araguaia.

Jornalista: O Estado do Pará receberia mais verbas federais se não fosse administrado por um governo do PSDB?

Presidente: De maneira alguma. O governo federal mantém relações cordiais e produtivas tanto com os estados administrados pelo PSDB, quanto com os do PT e da base aliada. Nós governamos para o Brasil, não para grupos ou partidos políticos.

Jornalista: O senhor está com alguma visita programada ao Pará? Em caso positivo, com qual finalidade?

Presidente: Até o momento, pelo menos, não há nenhuma visita programada ao Pará. Mas eu teria enorme prazer em voltar ao estado assim que possível e rever Belém, uma de minhas cidades preferidas.

Jornalista: O que o senhor espera da atuação da nova Sudam na região amazônica em relação à velha Sudam?

Presidente: O Projeto de Lei Complementar criando a nova Sudam, que nós encaminhamos à consideração do Poder Legislativo, ainda está em tramitação no Congresso. Mas já podemos dizer que nova Sudam será radicalmente diferente da antiga, a começar pelo fato de que não será mais um organismo



executivo. Ela foi concebida para ser a articuladora das forças sociais representativas da região, a integradora das políticas regionais e a parceira estratégica das instituições que promovem a exportação e a integração latino-americana e mundial do País. A nova Sudam vai estimular a capacitação e a inovação nessas regiões e definir prioridades para a alocação dos recursos financeiros. Será, também, um fórum para coesão das lideranças políticas locais, tendo em vista o desenvolvimento regional. Seu Conselho Deliberativo vai se reunir duas vezes por ano, sob minha própria presidência, o que revela a importância política que quero dar à nova instituição.

Jornalista: O Pará é uma das maiores províncias minerais do País, explora essa matéria-prima mas não a industrializa. O governo federal tem algum plano para estimular a industrialização mineral no Pará?

Presidente: O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de bens minerais primários do País, com destaque para o ferro e o alumínio. É também o estado que mais cresce em termos de valor de produção. A indústria mineral do Pará movimenta cerca de US\$ 3 bilhões por ano, sendo US\$ 2 bilhões obtidos no mercado externo. Para agregar valor a essa exuberante produção, o governo federal está apoiando projetos de verticalização e de geração de energia, para garantir a integração da cadeia produtiva mineral do estado. Posso citar como exemplo o da Companhia Vale do Rio Doce, em Paragominas, que vai ampliar a extração de bauxita para 4,5 milhões de toneladas/ano – um projeto orçado em US\$ 310 milhões e que prevê a implantação de uma refinaria na região, em parceria com investidores chineses. Outra parceria importante é com a Onça/Puma, do grupo canadense Canico, para a produção de ferro-níquel em Ourilândia, com investimentos de US\$ 560 milhões para a instalação de uma mina e de uma planta de beneficiamento. O governo também está estimulando o segmento das pequenas mineradoras, tendo em vista a consolidação do pólo



de gemas de Belém. Além disso, para consolidar a expansão do setor mineral, criamos o Programa Geologia do Brasil, que retoma o planejamento e a gestão governamental nas áreas de geologia e mineração no Brasil. Ainda este ano, no Pará, deve ser concluído o levantamento aerogeofísico de 60,7 mil quilômetros quadrados, nas regiões Norte de Carajás e Trombetas. Em parceria com universidades, a iniciativa privada e o governo do estado, esse programa vai fazer o mapeamento geológico de 300 mil quilômetros quadrados do território paraense até 2007. Os levantamentos vão possibilitar a descoberta de novas jazidas e estimular um novo ciclo de investimentos públicos e privados na atividade mineral. São essas novas cadeias produtivas que vão diminuir nossa dependência externa, fortalecer a economia, aumentar a exportação e gerar o emprego e a renda de que o Pará e o Brasil precisam.